

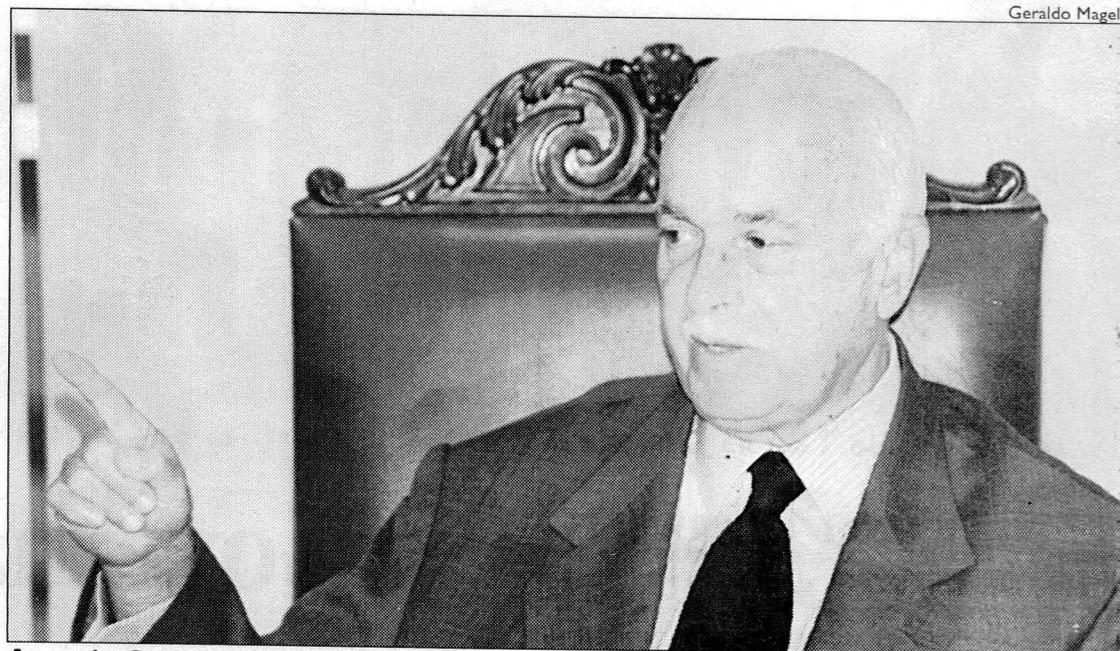
ACM volta ao ataque, critica pacote e acordo com o FMI

Senador não aceita corte de R\$ 1,2 bi no Orçamento de 2000 e diz que empréstimo junto ao BID é uma aberração

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), criticou o corte de R\$ 1,2 bilhão do orçamento do ano 2000 definido pelo Governo para recuperar a perda de receita com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir a contribuição dos servidores inativos. "Preferia a tese do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) de aproveitar R\$ 703 milhões do Instituto de Resseguro do Brasil (IRB) e utilizar parte do R\$ 1,2 bilhão previsto para reequipar as Forças Armadas", disse o senador.

No pacote anunciado na semana passada, o presidente Fernando Henrique Cardoso acabou acatando a sugestão do presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), de taxar a remessa de juros de empréstimos no exterior, o que provocou ciúmes nos pefelistas. Antonio Carlos afirmou que hoje o pacote do Governo recebe mais críticas que aplausos.

O senador também disse que chegou a hora de não aceitar mais as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele sugeriu a revisão do acordo acertado pelo Brasil com o FMI. Um ponto a ser revisto, segundo ele, seria o



Geraldo Magela

Antonio Carlos pede o fim da interferência do Fundo Monetário nas decisões internas do País

empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o ajuste fiscal brasileiro. "O empréstimo de U\$ 2,2 bilhões recebeu o rótulo de fundo social, mas, na realidade, é para reforçar as reservas internacionais", afirmou. O empréstimo aguarda análise do Senado. "O que é mais grave nesse caso é que o Brasil toma dinheiro para não fazer nada e ainda paga juros sem utilizar os recursos. É uma aberração!", criticou.

O presidente do Congresso afirmou que não ficaria surpreso se o Governo brasileiro já estiver tratando da revisão das metas acertadas. "Com certeza, o Presidente já tem essa idéia", disse. O porta-voz do Governo, Georges Lamaziere, negou a informação. Outro ponto a ser mudado, na opinião do senador, é o acerto em relação ao

superávit previsto no ajuste fiscal. "Não seria a primeira vez que um acordo com o FMI é mudado", disse. Ele pediu o fim da interferência do FMI nas decisões internas do País. "Nós sabemos melhor do que o fundo como empregar nossos recursos", disse Antonio Carlos.

O senador retornou ao Congresso ontem depois da viagem aos Estados Unidos. Antonio Carlos levou uma carta aos representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) retratando o que o Congresso vem fazendo para erradicar a pobreza no Brasil. Antonio Carlos defendeu que o Governo dos Estados Unidos, que perdoou a dívida dos países mais pobres, ajude também o Brasil. "Senão, dentro de décadas, nossa situação vai ficar igual a desses países que estão sendo ajudados pelos

Estados Unidos".

Sobre as denúncias envolvendo o pré-candidato a presidente da República, Ciro Gomes (PPS), o senador afirmou que ele deveria esclarecer melhor as irregularidades apontadas na declaração de Imposto de Renda. O ex-governador do Ceará teria omitido receitas ao Fisco em 1995 e 1997. "A resposta até agora não foi convincente e jamais será se for na base do xingamento e ataques", disse. "Quem gosta de acusar tem de estar preparado para responder quando for acusado". Antonio Carlo afastou as acusações de que teria vazado as informações sobre Ciro Gomes à imprensa. "Isso é uma infâmia das maiores", afirmou.

TACIANA COLLET

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA